



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 097/2026.

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento eletrônico veicular, com transmissão de dados via GPRS/GSM e recepção GPS 24 horas em tempo real, observada a disponibilidade de sinal móvel, com registro contínuo e transmissão automática dos dados coletados, com a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web, licença de uso de software, configuração, capacitação e suporte técnico, bem como garantia de funcionamento, para gestão de frota de veículos e maquinas do Município de São Vicente do Sul/RS.

O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL, RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.572.079/0001-03, com sede administrativa na Rua General João Antônio, nº 1305, Bairro Centro, São Vicente do Sul, RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **FERNANDO DA ROSA PAHIM**, CPF nº 000.109.510-24, denominado CONTRATANTE e a Empresa **ONDE ANDA RASTREAMENTO VEICULAR LTDA** estabelecida na Rua Alfredo Thulke, nº 45 - Sala 03 - Bairro: Bela Vista - CEP: 99704-050, na cidade de Erechim/RS inscrita no CNPJ sob o nº 33.367.127/0001-00 neste ato representada por portador JESSICA BONATTI MAROLLI da Cédula de Identidade nº xxxx e CPF nº 024.715.640-03 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, contratam a prestação de serviços abaixo indicada, nos termos e condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.011/2026.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Este termo tem por objetivo a **prestação de serviços de rastreamento e monitoramento eletrônico veicular, com transmissão de dados via GPRS/GSM e recepção GPS 24 horas em tempo real, observada a disponibilidade de sinal móvel, com registro contínuo e transmissão automática dos dados coletados, com a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web, licença de uso de software, configuração, capacitação e suporte técnico, bem como garantia de funcionamento, para gestão de frota de veículos e maquinas do Município de São Vicente do Sul/RS.**

1.2. Relação dos veículos e maquinários:

| Item | Descrição Veículo/Maquinário | Placa/Chassi/Ref |
|------|------------------------------|------------------|
| 1 | RENAULT/MASTER NIKS AMB2 | FYN7C92 |
| 2 | CHEVROLET/MONTANA PCIA A | JAN7D32 |
| 3 | IVECO/DAILY45S14 GRANFUR | ISD9606 |
| 4 | GM/CORSA SEDAN MAXX | INU0A76 |
| 5 | CHEVROLET/CELTA 1.0L LT | IWG8337 |
| 6 | CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ | IYO4710 |
| 7 | FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4 | IYU6612 |
| 8 | FIAT/ARGO DRIVE 1.3 | JAE3E49 |
| 9 | I/RENAULT LOGAN ZEN16MT | JAE9G35 |
| 10 | FIAT/ARGO DRIVE 1.3 | JAV8E71 |
| 11 | CHEV/SPIN 1.8L AT ACT | JBG6I07 |
| 12 | CHEV/SPIN 1.8L AT PREMIER | JBH7D60 |
| 13 | FIAT/ARGO TREKKING 1.3 | JBS5B44 |
| 14 | I/FORD TRANSIT NIKS PAS | JBZ7H49 |
| 15 | I/M.BENZ 517 SPRINTER A3 | JCZ3D50 |
| 16 | I/M.BENZ 416CDISPRINTERM | JAC1G29 |
| 17 | MARCOPOLO/VOLARE DV9L R | JBO3E50 |
| 18 | MARCOPOLO/VOLARE W8 ON | IRJ6130 |
| 19 | MARCOPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO | IUB5I95 |



| | | |
|----|----------------------------------|-------------------|
| 20 | MARCOPOLO/VOLARE V6L EO | IXB6540 |
| 21 | MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO | IZJ6G35 |
| 22 | M.BENZ/MASCA GRANMICRO O | JBA4B02 |
| 23 | M.BENZ/MASCA GRANMICRO O | JBA4C28 |
| 24 | M.BENZ/MASCA GRANMICRO O | JBG3C98 |
| 25 | MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO | JBO8G09 |
| 26 | AGRALE/MARRUAAM200 MOP8 | JCY7F52 |
| 27 | VW/15.190 EOD E.HD ORE | IVY1G68 |
| 28 | CHEV/SPIN 1.8L AT LT7 | JCL8G28 |
| 29 | CHEV/SPIN 1.8L AT ACT7 | JAK7J26 |
| 30 | FIAT/FIORINO ENDURANCE | JBG4G07 |
| 31 | GMC / 6100 CAMINHÃO AMBUL | IKQ1737 |
| 32 | VW/QUANTUM | IHX8121 |
| 33 | MARCOPOLO/VOLARE A6 ON | ILR0503 |
| 34 | FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX | IOH9405 |
| 35 | VW/NOVO GOL 1.6 CITY | ITR9I70 |
| 36 | VW/PARATI 1.8 SURF | IOO5E02 |
| 37 | VW/NOVA SAVEIRO RB MBVS | IXI9471 |
| 38 | VERANEIO C10 | JFO8C42 |
| 39 | AGRALE/13000 | IRO1166 |
| 40 | AGRALE/13000 | ISH0425 |
| 41 | M.BENZ/ATRON 2729 K 6X4 | IVM9453 |
| 42 | IVECO/TECTOR 240E28 | JAP6H81 |
| 43 | VOLVO/VM 270 6X4R | JCL8B40 |
| 44 | FORD/CARGO 2423 | IUB5807 |
| 45 | I/M.BENZ 417 SPRINTER C | JCV4G67 |
| 46 | I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3 | JCY6B49 |
| 47 | FORD/FIESTA 1.6 FLEX | IVP8165 |
| 48 | FORD/FIESTA SEDAN1.6FLEX | IVP8153 |
| 49 | AGRALE/6000 D TANQUE | IRS9442 |
| 50 | I/CHEV CRUZE LTZ NB AT | JBG9E56 |
| 51 | FORD/FIESTA SEDAN1.6FLEX | IQN3H18 |
| 52 | I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3 | JCY6B59 |
| 54 | CHEVROLET/CELTA 1.0L LT | IWG8336 |
| 55 | NISSAN/GRAND LIVINA 18S | IVQ9959 |
| 56 | RETROESCAVADEIRA XC870BRI | XUG08703APPA02143 |
| 57 | RETROESCAVADEIRA XC870BRI | XUG08703CRPA0144 |
| 58 | RETROESCAVADEIRA JCB 3CX 2WS4WD | S0R3CXTTJ2740310 |
| 59 | RETROESCAVADEIRA JCB 3CX | S0R3CXTTVP3333727 |
| 60 | MOTONIVELADORA NEW HOLAND RG/170 | HBZN0170TDAF02987 |
| 61 | MOTONIVELADORA CASE 845 B | HBZNO845TEAF04006 |
| 62 | MOTONIVELADORA XCMG/GR1803BR | HBZNO845TEAF04006 |
| 63 | ESCAVADEIRA XE150BR | XUG01502HNPA00716 |
| 64 | ROLO COMPACTADOR XS123PDBR | XUG01231APPE11082 |
| 65 | ROLO COMPACTADOR XS80 | |
| 66 | TRATOR MF 275 | 275047063 |
| 67 | TRATOR TRAMONTINE TDH1680 | BCG0160020 |
| 68 | TRATOR JOHN DEERE 6100 | 1BM6100JTJ001152 |



1.4. Havendo alguma alteração na relação acima, ou seja, ocorrendo aquisição e/ou exclusão de algum veículo e ou maquinário, a licitante deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto licitado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Os recursos orçamentários, para fazer frente às despesas deste contrato, serão os seguintes:

| | |
|-------------------|---|
| Setor demandante | |
| Projeto/Atividade | |
| Despesa | 3390.40.00.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação |
| Recurso | |

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTAMENTO CONTRATUAL:

4.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, respeitada a vigência máxima decenal.

4.2. Os preços permanecerão fixos e irajustáveis pelo período de 12 (doze) meses e decorrido esse prazo, os preços poderão ser reajustados anualmente por solicitação da Contratada e justificativa aceita pelo Contratante, mediante a aplicação do menor índice acumulado da variação positiva dos seguintes índices: INPC/IBGE, IPCA/IBGE e IGP-M/FGV.

CLAUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1. A contratante pagará a contratada, o valor total de R\$ 24.455,52 (vinte e quatro mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), mensalmente em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto contratado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado, constando o recebimento, por parte do servidor responsável, designado para tal.

| Item | Descrição objeto licitado | Quantidade | Unidade | Valor Unitário | Valor Total |
|------|---|------------|---------|----------------|-------------|
| 1 | Prestação de serviços de rastreamento e monitoramento eletrônico para 68 veículos / Maquinários, com transmissão de dados via GPRS/GSM e recepção GPS 24 h em tempo real, observada a disponibilidade de sinal móvel, com registro contínuo e transmissão automática dos dados coletados, com a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web, licença de uso de software, configuração, capacitação e suporte técnico | 816 | Serviço | 29,97 | 24.455,52 |

I. Para efetivo pagamento, na Nota Fiscal deverá constar as retenções referente ao IRRF conforme Decreto Municipal nº 081/2022 (Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012).

II. Serão processadas as retenções previdenciárias, ISSQN e Imposto de Renda, quando for o caso, nos termos da legislação vigente.

III. A nota fiscal emitida pelo licitante vencedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da modalidade da licitação e número do empenho, para acelerar o trâmite de recebimento do serviço prestado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

IV. O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

V. Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

VI. Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de São Vicente do Sul - RS, CNPJ nº 87.572.079/0001-03.

VII. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante vencedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



VIII. Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

IX. O Município reserva-se o direito de recusar efetuar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita neste Termo de Referência.

X. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento.

XI. A fiscalização poderá deduzir nas faturas os valores das multas porventura aplicadas pela fiscalização, e o valor dos prejuízos causados pela contratada, em decorrência da execução do objeto.

CLAUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO:

5.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste termo serão exercidos por meio de representante (s), designados pela Contratante, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à Contratada, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021:

§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

| Nome | Tipo | Cargo/Função |
|---------------------------------|--------|---|
| Carlos Leandro Cavalheiro Dutra | Fiscal | Mecânico |
| Gean Dutra Soares | Fiscal | Coordenador de Tecnologia da Informação |
| | Gestor | Secretário Municipal |

5.2. Não obstante ser a Contratada a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.3. Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto contratado, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a Contratante, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste..

CLAUSULA SEXTA – DO PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

6.1. O início da prestação de serviço deverá ser feito em até 15 (quinze) dias, após emissão da Nota de Empenho, nas condições e prazos relacionados abaixo:

I. O prazo indicado acima poderá ser prorrogado por solicitação da contratada, desde que justificado e aceito pela Contratante.

II. A nota de empenho/ordem de entrega será enviada para o e-mail informado pela empresa na proposta de preços, sendo que a empresa licitante terá no máximo 24 (vinte e quatro) horas para confirmar o seu recebimento para então iniciar a contagem dos prazos de entrega.

III. A entrega definitiva dos serviços será efetivada, ao final de cada mês, após a conferência da prestação de serviço e mediante a apresentação da nota fiscal, devidamente certificada, com assinatura/protocolo de recebimento do responsável designado para tal.

IV. Verificada a não conformidade na prestação de serviços, desde que comprovado a falha por parte da empresa contratada, a mesma deverá promover as correções necessárias imediatamente após o comunicado emitido pelo fiscal, sem ônus para a Administração.

V. O local de entrega da prestação de serviços será indicado na nota de empenho de despesa, no município de São Vicente do Sul/RS.

VI. Os equipamentos de monitoramento em regime de comodato, deverão ser instalados nos veículos indicados pela Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS, sob responsabilidade da empresa a ser contratada.

VII. A empresa deverá apresentar check-list assinado de todo serviço realizado.



VIII. Ministrará treinamento aos gestores do sistema.

IX. Além da disponibilização e instalação dos equipamentos embarcados, a empresa a ser contratada deverá disponibilizar rastreamento veicular com transmissão de dados com software via web integrando logística e gerenciamento da frota.

X. O sistema de cadastramento deverá permitir a inserção dos seguintes dados mínimos:

- i. Veículos: Tipo de veículo, placa, marca, modelo, cor, ano de fabricação, chassi, hodômetro.
- ii. Motorista: Situação: Ativo ou inativo, nome completo, CPF, RG, CNH, vencimento da CNH, Data de Nascimento, matrícula, telefone.
- iii. Usuários: Nome de usuário, login, senha de acesso, e-mail, liberação de diferentes tipos de acesso como cadastro de motorista, veículos, acesso às rotas, monitoramento de rotas, etc.
- iv. **Identificação AUTOMÁTICA através de dispositivo físico de autenticação (iButton, cartão de proximidade, crachá RFID ou similar), que identifique automaticamente o motorista ao iniciar a utilização do veículo.**

X EVENTOS MÍNIMOS que deverão ser registrados/controlados:

- i. Ignição ligada/desligada;
- ii. Tempo em marcha lenta;
- iii. Violação da antena GPS;
- iv. Violação da antena GSM;
- v. Tensão baixa de bateria;
- vi. Posição solicitada pela central de rastreamento;
- vii. Posições de rastreamento;
- viii. Velocidade excedida;
- ix. Saída da cerca (área que o veículo pode circular);
- x. Informações transmitidas no envio do evento deverão ser: Data e hora do GPS, latitude, longitude, direção do GPS, velocidade via GPS, Data e Hora do evento, Hodômetro.

XI. CERCAS:

- i. Possibilitar delimitar a área na qual os veículos podem transitar, individualmente
- ii. Avisar a central de rastreamento quando o motorista ultrapassar tal limite
- iii. Possibilitar criar cerca diretamente no mapa, pela escolha por região, caminho, ou roteiro predeterminado
- iv. Possibilitar identificar a cerca no mapa, e alterar o limite de cada veículo

XII. ROTAS:

- i. Armazenagem das rotas dos veículos pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias.
- ii. Possibilitar traçar as rotas no maps via web por endereços de saída, chegada, distância, etc.

XIII. RELATÓRIOS mínimos que deverão estar disponíveis:

- i. Visualização pelo maps via web, com imagens satélite.
- ii. Informações de cada veículo, com data/hora, hodômetro, status da ignição e GPS ligado/desligado, localização do veículo com endereço, trajeto percorrido, informações de velocidade, etc.
- iii. Eventos registrados por veículo, com localização, data e hora, e hodômetro.
- iv. Deslocamento/parada: Informação detalhada da localização inicial e final de veículo de acordo com a data e momentos de ignição ligado/desligado.
- v. Controle de combustível: Informação de consumo e gasto com base na distância percorrida
- vi. Relatórios poderão ser exportados em PDF, XLS E CSV.
- vii. Disponibilizar sistema de busca de motoristas e veículos por CPF, CNH, placa, etc.

XIV. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

- i. A contratada deverá prestar assistência técnica autorizada e qualificada dos equipamentos e instalações realizadas no Município de São Vicente do Sul/RS, assim como ficará responsável por eventuais danos que o sistema possa ter causado no veículo por erros de instalação ou mau funcionamento.
- ii. O prazo de garantia será mantido durante todo o período de validade do contrato.
- iii. A realização dos serviços será por meio de estrutura própria ou parceiro autorizado, efetuando manutenção preventiva ou corretiva, para evitar descontinuidade da prestação do serviço.
- iv. A manutenção corretiva deverá ser realizada sempre que necessária em até 48 (quarenta e oito) horas após abertura do chamado junto à empresa contratada.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

7.1. São Obrigações da Contratante



- I. Efetuar o devido pagamento à Contratada, nos termos do presente instrumento;
- II. Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato;
- III. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada neste termo e no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- IV. Designar servidor pertencente ao quadro da Contratante, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do licitado;
- V. Cumprir e fazer cumprir todas as demais cláusulas do presente termo.

7.2. São Obrigações da Contratada

- I. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do presente termo, bem como nos termos da sua proposta;
- II. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- III. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- IV. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- V. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à Contratada o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);
- VI. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à Contratante e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;
- VII. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

CLAUSULA OITAVA - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR:

8.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, a ser firmada entre a Licitante Vencedora e o Município os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega do produto licitado no local onde estiver sendo executado o objeto licitado:

- I. Greve geral;
- II. Calamidade pública;
- III. Interrupção dos meios de transporte;
- IV. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudicadas; e
- V. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

8.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Licitante Vencedora.

8.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao Município, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

8.4. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro horas) horas antes do dia de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

CLAUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

9.1. As sanções administrativas serão aplicadas conforme segue:

- I. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 - i. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - ii. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - iii. Dar causa à inexecução total do contrato;



- iv. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - v. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - vi. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - vii. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - viii. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - ix. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - x. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - xi. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - xii. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- II. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no subitem I deste termo, as seguintes sanções:
- i. Advertência;
 - ii. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
 - iii. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da administração pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
 - iv. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- III. As sanções previstas nas alíneas “i”, “iii” e “iv” do subitem I do presente termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “II” do mesmo item.
- IV. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no subitem II do presente termo.
- V. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- VI. A aplicação das sanções previstas no subitem II deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- VII. Na aplicação da sanção prevista no subitem II, alínea “ii”, do presente termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- VIII. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “iii” e “iv” do subitem II do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- IX. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- X. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- XI. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- XII. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- i. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
 - ii. Pagamento da multa;
 - iii. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
 - iv. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
 - v. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- XIII. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “viii” e “xii” do subitem II do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.



CLAUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO

10.1. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial as obrigações assumidas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Vicente do Sul-RS, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual forma e teor, que após lida e achado conforme, vai firmada pelos contratantes, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

São Vicente do Sul, 16 de março de 2026.

CONTRATANTE
Fernando da Rosa Pahim
Prefeito Municipal

CONTRATADO
Representante da Empresa

Este Contrato foi examinado e aprovado em 16/03/2026 pelo Setor Jurídico Municipal.

Fabricio Della Pace Rosa
OAB nº 106446
Assessor Jurídico - Portaria nº 002/2025